

Minas além do ouro: demografia, mercado interno e a construção do mito da decadência no século XIX

Beyond gold: demography, internal market and the construction of the myth of decay in the 19th century

William Daniel Perchim

Graduando em História

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)

wdperchim@gmail.com

Recebido: 01/01/2026

Aprovado: 19/05/2026

Resumo: Durante o século XX, a historiografia associou o Oitocentos mineiro à decadência econômica pós-mineração. Contudo, a partir da década de 1980, revisões destacaram o dinamismo do mercado interno e da demografia. Este artigo analisa essa reconfiguração a partir de três eixos: retenção populacional, diversificação produtiva e controle social. Utilizando o Recenseamento de 1872 em diálogo com a bibliografia especializada, argumenta-se que Minas não viveu uma ruptura, mas uma transição estrutural voltada para o abastecimento doméstico ao longo do século XIX. Nesse contexto, o discurso da decadência operou como estratégia política das elites mineiras para angariar recursos e influência no Império. Assim, conclui-se que o suposto declínio foi uma construção discursiva que obscureceu o vigor da economia regional, reafirmando Minas como um espaço economicamente dinâmico no Brasil Imperial.

Palavras-chave: Minas Gerais; Século XIX; Mercado interno.

Abstract: During the twentieth century, historiography linked nineteenth-century Minas Gerais to economic decline following the end of the mining cycle. However, from the 1980s onward, revisionist studies have emphasized the dynamism of the domestic market and demographic growth. This article analyzes this reconfiguration through three axes: population retention, productive diversification, and social control. Drawing on the 1872 Census in dialogue with specialized literature, it argues that Minas Gerais did not experience a rupture, but rather a structural transition toward a domestic supply-oriented economy over the course of the nineteenth century. In this context, the discourse of “decadence” operated as a political strategy employed by provincial elites to negotiate resources and influence within the Empire. Thus, the supposed decline is understood as a discursive construction that obscured the economic vitality of the region, reaffirming Minas Gerais as a dynamic space within Imperial Brazil.

Keywords: Minas Gerais; 19th Century; Internal market.

Introdução

Durante grande parte do século XX, a interpretação do Brasil oitocentista foi orientada por modelos macroeconômicos que privilegiavam o setor exportador como principal — quando não exclusivo — indicador de dinamismo histórico (Furtado, 2007). Nesse enquadramento, as regiões que não se integravam de forma direta ao comércio atlântico eram frequentemente classificadas como espaços de estagnação ou regressão econômica. Foi a partir dessa lógica que o século XIX mineiro passou a ser descrito como um “longo silêncio” pós-ouro, marcado pela perda de centralidade econômica e pela suposta incapacidade de adaptação às novas exigências do capitalismo internacional.

Autores como Celso Furtado (2007) e, sobretudo, Caio Prado Júnior (2000) foram fundamentais na consolidação dessa interpretação. Caio Prado Júnior, ao interpretar a formação econômica brasileira a partir do sentido da colonização, classificou as atividades voltadas ao mercado interno como setores “inorgânicos”, por não estarem diretamente articuladas à exportação: economicamente necessários à reprodução da sociedade, mas historicamente subordinados e incapazes de conferir dinamismo autônomo ao conjunto da formação social (Prado Júnior, 2000). Assim, com o esgotamento das jazidas auríferas, Minas Gerais teria sofrido uma involução econômica, regredindo a formas precárias de subsistência, caracterizadas pelo isolamento geográfico, pela escassez de moeda e pela atrofia das trocas comerciais.

Essa interpretação encontra um de seus principais pilares na sistematização proposta por Fernando Novais acerca do Antigo Sistema Colonial. Para o autor, a lógica da colonização estava estruturada na exploração mercantilista voltada à metrópole, o que conferia às atividades internas um papel subordinado no conjunto da economia. A partir dessa matriz interpretativa, consolidou-se a leitura de que, com o declínio da mineração, Minas Gerais teria enfrentado um processo de retração econômica.

A durabilidade desse paradigma, contudo, não pode ser explicada apenas por sua coerência interna ou por sua influência acadêmica. Ela também se relaciona à sua ampla difusão no ensino de história e na construção da memória nacional. A imagem de uma Minas arruinada, presa às ruínas do barroco e à nostalgia do ouro perdido, foi reiterada em manuais escolares, em sínteses didáticas e em narrativas culturais de longo alcance. A isso somaram-se os relatos de viajantes oitocentistas (Saint-Hilaire, 1975), que, ao percorrerem antigas vilas mineradoras em declínio urbano, reforçaram a percepção de decadência ao tomar a paisagem construída como reflexo direto da vitalidade econômica.

Essa leitura teleológica, ao associar dinamismo histórico quase exclusivamente à exportação, produziu uma hierarquização regional implícita: enquanto áreas cafeeiras ou portuárias eram vistas como motores do progresso, regiões interioranas passaram a figurar como espaços de atraso. No caso mineiro, tal enquadramento obscureceu a complexidade de uma economia que, embora menos visível aos olhos do comércio externo, manteve-se funcional, integrada e socialmente densa ao longo de todo o século XIX.

A partir da década de 1980, contudo, essa narrativa começou a ser sistematicamente questionada. Estudos pioneiros de Roberto Borges Martins (1982, p. 40–60) e Douglas Cole Libby (1988, p. 120–140) demonstraram que a economia mineira não apenas sobreviveu ao fim do ouro, como se reorganizou de forma consistente “para dentro”, sustentada por um mercado interno robusto, por uma ampla base agropecuária e por uma diversificação produtiva que incluía manufaturas domésticas e serviços urbanos. O crescimento demográfico da província, longe de indicar estagnação, revelou-se um dos principais indícios dessa vitalidade econômica.

Posteriormente, a historiografia contemporânea, especialmente a partir das contribuições de João Fragoso e Manolo Florentino (2001, p. 25–30), ampliou esse debate ao propor a noção de “arcaísmo como projeto”. Essa perspectiva permitiu compreender que estruturas produtivas aparentemente tradicionais ou pouco modernas não eram resquícios inertes do passado colonial, mas estratégias ativas de reprodução social, acumulação de capital e manutenção do poder político por parte das elites locais. Nesse sentido, a economia mineira oitocentista deixou de ser vista como um desvio do modelo exportador para ser analisada em seus próprios termos históricos.

Como opção metodológica e procedimento analítico, este artigo adota uma leitura relacional da economia mineira, articulando demografia, mercado interno e mecanismos de controle social¹. Parte-se da análise crítica da historiografia especializada, combinada à leitura de dados censitários, relatos de viajantes, relatórios administrativos e dispositivos legais mobilizados pela bibliografia. Não se pretende estabelecer uma narrativa celebratória nem substituir o paradigma da decadência por uma visão teleológica da eficiência econômica, mas compreender os mecanismos que permitiram a reprodução social em um contexto estruturalmente desigual.

¹ Como opção metodológica e procedimento analítico, este artigo adota uma leitura relacional da economia mineira, articulando demografia, mercado interno e mecanismos de controle social.

A contribuição específica deste trabalho reside em evidenciar que o mito da decadência operou simultaneamente como construção historiográfica e como estratégia política. Ao enfatizar a pobreza e a suposta fragilidade econômica da província, as elites mineiras não apenas moldaram interpretações posteriores, como também acionaram um discurso funcional à negociação fiscal e à preservação de autonomias no interior do Império. Assim, mais do que um erro interpretativo, a decadência foi, em muitos sentidos, uma narrativa útil — cuja desconstrução permite iluminar dimensões centrais da experiência mineira no século XIX.

A transição econômica e o contexto imperial

O declínio da mineração aurífera, perceptível a partir de meados do século XVIII, não significou a dissolução das redes econômicas e sociais construídas durante o ciclo do ouro (Florentino; Fragoso, 2001). A historiografia tem demonstrado que a retração da extração mineral conviveu, por décadas, com a reorganização de circuitos produtivos e mercantis no interior da capitania e, posteriormente, da província de Minas Gerais.

Nesse contexto, segmentos das elites mineradoras converteram-se em fazendeiros, comerciantes e criadores de gado, direcionando investimentos para a produção de gêneros de abastecimento e o comércio regional (Martins, 1982, p. 45–65). Não se tratou, portanto, de uma conversão súbita de “ex-mineradores” em fazendeiros, mas da adaptação gradual de grupos sociais que possuíam capital, escravos e acesso às redes de crédito formadas ainda no século XVIII.

Como destaca Alcir Lenharo (1979, p. 40–50), o fortalecimento das economias de abastecimento foi decisivo para a integração entre Minas Gerais e a Corte, especialmente após a transferência da capital do Império para o Rio de Janeiro em 1808. A produção de alimentos, animais de tração e derivados sustentou não apenas o consumo urbano, mas também a própria estabilidade política do Estado imperial nascente.

João Fragoso (1998, p. 320–325) contribui para essa leitura ao demonstrar que a persistência de formas econômicas consideradas “tradicionais” não deve ser interpretada como sinal de atraso, mas como parte de um projeto de reprodução social das elites regionais. A manutenção de estruturas produtivas diversificadas, pouco dependentes do comércio atlântico, garantiu autonomia econômica relativa e permitiu a interiorização da riqueza.

Inserida no contexto do Brasil Imperial, essa transição ocorreu sob crescente centralização administrativa e fiscal. Minas Gerais, detentora de expressivo peso político na Assembleia Geral, articulou sua posição a partir de uma economia menos visível aos olhos do Estado central. A aparente retração econômica, reiterada em discursos oficiais, contrastava com a vitalidade das redes internas de produção e circulação, configurando uma das bases do chamado mito da decadência.

Do ouro ao abastecimento: ruptura ou continuidade?

A historiografia mais recente tem destacado que a passagem do ouro ao abastecimento não configurou uma ruptura estrutural, mas uma continuidade sob novas bases. João Fragoso (1998, p. 320–325) argumenta que as elites coloniais e imperiais operavam segundo uma lógica de reprodução social que não dependia exclusivamente da exportação, mas da capacidade de controlar recursos, terras e pessoas. Em Minas Gerais, essa lógica manifestou-se na apropriação de terras agricultáveis, na expansão da pecuária e no domínio das rotas comerciais internas.

Alcir Lenharo (1979, p. 40–50) demonstrou que, já nas primeiras décadas do século XIX, Minas assumia papel central no abastecimento da Corte, fornecendo carne, toucinho, grãos e animais de carga. As tropas de mulas que percorriam o Caminho Novo e outras vias internas não apenas transportavam mercadorias, mas articulavam um mercado interno dinâmico, sustentado por relações de crédito, contratos informais e laços de dependência pessoal. O abastecimento, longe de ser uma atividade marginal, tornou-se um eixo estruturante da economia provincial.

Essa continuidade também se expressa na permanência de práticas mercantis herdadas do período aurífero. O comércio a prazo, o uso do fiado e a circulação de letras de crédito permitiram que a economia funcionasse mesmo diante da escassez de moeda metálica. Assim, a transição produtiva não significou desorganização, mas adaptação a um novo regime econômico menos visível aos olhos do comércio atlântico, porém altamente funcional em escala regional.

No plano político, essa reorganização econômica ocorreu em meio à consolidação do Estado imperial. A centralização administrativa no Rio de Janeiro implicava pressões fiscais crescentes sobre as províncias, especialmente aquelas com maior peso demográfico e político. Minas Gerais, detentora da maior bancada de deputados na Assembleia Geral, encontrava-se em posição ambígua: era central para o funcionamento do Império, mas buscava preservar a autonomia de sua economia interiorizada.

É nesse contexto que se deve compreender a articulação entre economia e discurso político. Ao mesmo tempo em que mantinha um mercado interno ativo e gerador de excedentes, a elite mineira cultivava a imagem de uma província empobrecida e fragilizada. A ênfase no declínio da mineração e na suposta escassez de recursos funcionava como argumento estratégico para negociar impostos, adiar cobranças e evitar intervenções mais profundas da administração central. A transição econômica, portanto, não foi apenas produtiva, mas também discursiva.

É importante notar que o discurso da decadência não surge apenas no contexto imperial. Já na segunda metade do século XVIII, documentos como a ‘Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses’ (1780) mobilizavam a ideia de penúria da capitania. Nesse caso, a decadência operava não apenas como diagnóstico econômico, mas também como recurso retórico voltado à negociação de medidas junto à Coroa

Ao deslocar o eixo da acumulação do ouro para o abastecimento, Minas Gerais redefiniu seu lugar no Império sem abandonar as estruturas de poder herdadas do período colonial. Essa continuidade sob novas formas ajuda a explicar por que a província conseguiu sustentar crescimento populacional, manter grande contingente escravizado e preservar centralidade política, mesmo sendo reiteradamente descrita como espaço de decadência. A economia mineira do século XIX, longe de ser residual, foi uma engrenagem silenciosa, porém essencial, do funcionamento imperial.

O paradoxo demográfico: densidade, famílias e retenção populacional

O argumento demográfico constitui a evidência quantitativa mais sólida contra a tese da decadência econômica mineira. Se a província tivesse experimentado um colapso estrutural após o esgotamento do ouro, o efeito esperado seria a expulsão de sua população em direção a regiões mais dinâmicas do Império. O que se observa, contudo, é exatamente o oposto: Minas Gerais não apenas reteve sua população como apresentou um crescimento contínuo e expressivo ao longo do século XIX)

De acordo com o mapeamento populacional realizado por Wilhelm Ludwig von Eschwege (1996), Minas possuía cerca de 600 mil habitantes em 1821. Meio século depois, o Recenseamento Geral do Império de 1872 registrou 2.039.735 habitantes na província, o que correspondia a aproximadamente 20% da população total do Brasil (Brasil, 1874). Esses dados indicam não apenas um crescimento demográfico expressivo ao longo do século XIX, mas também a relevância da

província no conjunto do Império, inserindo Minas em posição de destaque nos debates sobre economia, sociedade e política no período.

Esse crescimento demográfico não pode ser explicado apenas por fluxos migratórios internos. Ele está profundamente relacionado às elevadas taxas de natalidade observadas tanto entre populações livres quanto escravizadas, bem como à formação e manutenção de unidades familiares relativamente estáveis (Paiva, 1996, p. 85–90). Diferentemente das regiões de plantation cafeeira, marcadas por intensa mobilidade, alta mortalidade e desequilíbrios sexuais, Minas Gerais apresentava uma demografia mais equilibrada, com maior proporção de mulheres e crianças, o que favorecia a reprodução natural da população.

A expressiva presença de pardos e negros livres, que compunham a maioria da população provincial, é um dado central para compreender esse fenômeno (Martins, 1982, p. 60–70). Essas populações estavam inseridas em uma economia diversificada, baseada em pequenas e médias propriedades, ofícios urbanos, produção artesanal e agricultura de abastecimento. Tal configuração permitia a fixação no território e a constituição de redes familiares e comunitárias duráveis, reduzindo a necessidade de migração em larga escala.

Clotilde Paiva (1996, p. 85–90) destaca que Minas Gerais apresentava padrões demográficos singulares no interior do Império. A autora demonstra que a província combinava altas taxas de fecundidade com níveis relativamente baixos de mobilidade espacial, sobretudo quando comparada a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Essa capacidade de retenção populacional está diretamente ligada à existência de oportunidades econômicas internas, ainda que marcadas por desigualdade e precariedade. Em outras palavras, a população permanecia porque havia condições mínimas de reprodução social.

Também entre a população escravizada, Minas se distingue. A província manteve, ao longo do século XIX, a maior população de cativos do país, o que só era possível em um contexto econômico capaz de absorver e sustentar essa força de trabalho. Além disso, há indícios de maior formação de famílias escravas, sobretudo em áreas rurais e urbanas não ligadas à grande exportação, o que reforça a hipótese de uma escravidão mais diversificada e integrada ao cotidiano produtivo provincial (Brasil, 1874).

É necessário, contudo, problematizar o próprio Recenseamento de 1872. A historiografia tem apontado limitações significativas nesse levantamento, como sub-registros, inconsistências regionais e classificações raciais imprecisas. A categoria “pardo”, por exemplo, operava como um rótulo amplo e

ambíguo, capaz de abarcar múltiplas experiências sociais e trajetórias de mobilidade. Da mesma forma, a contagem de pessoas escravizadas e livres pode ter sido afetada por interesses locais, bem como por dificuldades logísticas no recenseamento de áreas mais afastadas da província.

Ainda assim, mesmo com essas limitações, o Recenseamento de 1872 permite identificar tendências estruturais relevantes. O volume populacional, sua distribuição social e racial, bem como a capacidade de reprodução interna, não se ajustam plenamente à imagem de uma Minas estagnada e economicamente inviável. Os dados demográficos, quando analisados em conjunto com a economia de abastecimento e com a diversificação produtiva, sugerem uma província funcional, ainda que marcada por profundas desigualdades.

Nesse sentido, o paradoxo demográfico mineiro não deve ser visto como uma anomalia estatística, mas como um indício da eficácia de um modelo econômico voltado para dentro. A persistência de uma população numerosa foi condição e consequência da interiorização econômica, da expansão do mercado interno e da intensificação dos mecanismos de controle social que regulavam o acesso ao trabalho, à terra e à mobilidade. A demografia, portanto, não apenas refuta o mito da decadência, mas conecta economia, sociedade e poder em uma chave interpretativa mais ampla.

Crédito, circulação e uma economia sem moeda

A escassez de moeda metálica no interior mineiro, longe de indicar retração econômica, foi um dos elementos estruturantes da economia provincial no século XIX. A ausência de numerário circulante não inviabilizou as trocas; ao contrário, estimulou o desenvolvimento de formas alternativas de circulação baseadas em crédito, confiança pessoal e redes locais de dependência (Martins, 1982). Como demonstram Roberto Borges Martins (1982, p. 90–100) e Douglas Libby (1988, p. 110–120), a economia mineira operava amplamente por meio de práticas como o fiado, o uso de letras de crédito, a compensação de dívidas e os vínculos pessoais entre produtores, comerciantes e consumidores (Brasil, 1842; Martins, 1982; Libby, 1988).

O fiado constituía uma prática cotidiana fundamental. Pequenos produtores, artesãos, tropeiros e trabalhadores livres pobres adquiriam bens essenciais sem pagamento imediato, estabelecendo relações duradouras com comerciantes locais. O crédito não era apenas um instrumento econômico, mas um mecanismo de organização social, que estruturava hierarquias, fidelidades e

formas de dependência. Nesse sistema, o acesso ao consumo e à sobrevivência estava condicionado à reputação, à inserção comunitária e à submissão a relações assimétricas de poder.

Além do fiado, circulavam letras, vales e promessas de pagamento, muitas vezes sem registro formal. Esses instrumentos funcionavam como substitutos da moeda metálica, permitindo a circulação de mercadorias em escala regional. Libby (1988) ressalta que a economia mineira não estava “desmonetarizada”, mas operava com uma monetarização indireta, sustentada por crédito socialmente regulado. A escassez dizia respeito à moeda física, não à capacidade de realizar trocas e acumular recursos.

João Fragoso (1998, p. 320–325) aprofunda essa análise ao demonstrar que tais práticas não eram sinais de atraso, mas componentes de um projeto econômico funcional. Em economias voltadas para o mercado interno, a acumulação de capital não dependia exclusivamente da exportação ou do numerário, mas da capacidade de controlar fluxos de produção, crédito e trabalho. O crédito local permitia que grandes proprietários e comerciantes concentrassem poder econômico e político, reforçando sua posição como mediadores indispensáveis da vida material.

Esse sistema de circulação sem moeda também favorecia a integração regional. Produtos agrícolas, tecidos, animais e manufaturas circulavam entre diferentes áreas da província, conectando roças, vilas e centros urbanos. As redes de crédito viabilizavam o transporte, o abastecimento e a redistribuição de excedentes, fortalecendo o mercado interno e reduzindo a dependência direta do comércio atlântico.

Contudo, essa relativa autonomia econômica tinha um custo social elevado. A centralidade do crédito informal aprofundava desigualdades e ampliava mecanismos de dominação pessoal. A dívida funcionava como instrumento de controle, limitando a mobilidade de trabalhadores livres pobres e reforçando a subordinação de pequenos produtores. Nesse sentido, a economia sem moeda não pode ser romantizada: ela era funcional, mas profundamente desigual.

Assim, a circulação baseada em crédito revela um aspecto central da modernidade mineira oitocentista. Longe de expressar estagnação, esse modelo demonstra a capacidade de adaptação da economia provincial às restrições impostas pelo contexto imperial. Ao mesmo tempo, evidencia como a reprodução social dependia de relações assimétricas que articulavam economia, hierarquia e poder local. A economia mineira funcionava — mas funcionava para poucos, sustentada por redes de crédito que integravam mercado interno e controle social.

Heterogeneidade regional e vasos comunicantes

A economia mineira oitocentista caracterizava-se por uma profunda heterogeneidade regional, resultado tanto de sua vasta extensão territorial quanto das diferentes formas de reconfiguração produtiva após o declínio da mineração. Essa diversidade, contudo, não implicava fragmentação econômica. Ao contrário, as distintas regiões da província encontravam-se articuladas por meio de circuitos de abastecimento, rotas comerciais, redes de crédito e fluxos de mão de obra, que funcionavam como verdadeiros “vasos comunicantes” do mercado interno.

A análise demográfica de Laird Bergard é fundamental para evitar generalizações espaciais. O autor demonstra que o declínio da mineração produziu efeitos diferenciados no território: enquanto regiões como a Comarca de Vila Rica apresentaram retração populacional, outras, como a Comarca do Rio das Mortes, registraram crescimento associado à reorientação produtiva para o abastecimento interno (Bergard, 2004, p. 147). Nesse sentido, os dados agregados do século XIX não negam a crise aurífera, mas indicam uma complexa reconfiguração interna das dinâmicas econômicas e demográficas. Essa reconfiguração, articulada por circuitos regionais de produção e circulação, reforça a existência de “vasos comunicantes” no interior da província, responsáveis por sustentar sua centralidade no cenário imperial.

No Sul de Minas e na Zona da Mata, observou-se crescente integração à economia cafeeira em expansão sobretudo a partir da segunda metade do século XIX (Fragoso, 1998, p. 300–310). Comarcas como Campanha e Pouso Alegre já apresentavam dinamismo agrícola nas primeiras décadas do oitocentos, mas foi apenas com o avanço do café, especialmente após 1850, que a Zona da Mata se consolidou como área de maior crescimento econômico. Juiz de Fora, em particular, experimentou expansão acelerada nesse período, beneficiando-se da proximidade com o Vale do Paraíba, da melhoria das vias de transporte e da articulação com o mercado fluminense.

Essa inserção cafeeira, no entanto, não eliminou a diversidade produtiva. Mesmo nas áreas mais integradas ao café, a produção de gêneros alimentícios, a criação de gado e a presença de pequenas e médias propriedades continuaram desempenhando papel relevante. A economia cafeeira mineira, diferentemente do modelo paulista mais homogêneo, coexistiu com atividades voltadas ao abastecimento regional, reforçando os elos internos da província.

O Centro-Oeste mineiro, incluindo regiões como Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João del-Rei, consolidou-se como eixo tradicional de abastecimento (Lenharo, 1979). Nessas áreas, antigas redes

mercantis herdadas do período aurífero foram reaproveitadas para a produção e circulação de gêneros alimentícios, aguardente, carne seca e manufaturas simples. A permanência de infraestrutura viária, registros fiscais e núcleos urbanos permitiu que essas localidades continuassem a exercer papel articulador entre diferentes regiões da província.

No Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, a dinâmica econômica assumiu contornos distintos. Marcadas por menor densidade urbana e maior distância dos grandes eixos comerciais, essas regiões desenvolveram uma economia fortemente baseada na produção algodoeira e na protoindústria têxtil doméstica (Libby, 1988). Vilas como Minas Novas, Araçuaí e Grão Mogol destacaram-se pela fiação e tecelagem de panos rústicos, amplamente utilizados no vestuário da população livre e escravizada. A produção destinava-se tanto ao autoconsumo quanto à circulação regional, inserindo essas áreas nos circuitos do mercado interno.

Apesar das diferenças produtivas, as regiões mineiras mantinham intensa interdependência. O tropeirismo desempenhou papel central nesse processo, conectando zonas produtoras de alimentos, tecidos e animais às áreas cafeeiras e aos centros urbanos. As feiras regionais e os circuitos de crédito informal ampliavam essa integração, permitindo a redistribuição de excedentes e a compensação das assimetrias regionais. Assim, mesmo áreas aparentemente periféricas participavam de um sistema econômico mais amplo e articulado.

A comparação com São Paulo reforça a especificidade mineira. Enquanto a economia paulista tendeu à homogeneização em torno do café, com forte concentração fundiária e especialização produtiva, Minas Gerais preservou uma base econômica mais diversificada (Prado Júnior, 2000). A presença significativa de pequenas e médias propriedades, sobretudo fora da Zona da Mata, contribuiu para a retenção populacional e para a multiplicidade de estratégias de sobrevivência da população livre pobre.

Essa heterogeneidade regional, longe de indicar desorganização ou atraso, foi elemento estruturante da economia mineira oitocentista. Os vasos comunicantes do mercado interno permitiram que diferentes regiões, com especializações distintas, sustentassem conjuntamente uma população numerosa, mantivessem elevados contingentes escravizados e garantissem a reprodução social das elites locais. O que se observa, portanto, não é uma província fragmentada, mas um sistema econômico complexo, integrado e funcional, cuja diversidade interna desafia leituras simplificadoras baseadas na ideia de decadência.

ProtoIndústria têxtil e o protagonismo feminino

A produção têxtil doméstica constituiu um dos pilares mais duradouros da economia mineira oitocentista. Conforme demonstrado por Douglas Cole Libby (1988, p. 147–155), a disseminação dos teares era notável: em determinadas comarcas, mais de 80% dos domicílios possuíam instrumentos de fiação e tecelagem. Longe de representar uma atividade marginal ou residual, a manufatura têxtil integrou-se de forma estrutural ao mercado interno, garantindo o vestuário da população livre e escravizada e gerando excedentes comercializáveis em feiras e circuitos regionais.

Esse setor apoiava-se fundamentalmente no trabalho feminino, historicamente invisibilizado pela historiografia econômica tradicional. Mulheres livres pobres, escravizadas domésticas e escravas de ganho desempenhavam papel central na fiação, tecelagem e acabamento dos tecidos (Libby, 1988). A produção ocorria, em grande medida, no interior das unidades domésticas, dissolvendo as fronteiras entre espaço produtivo e espaço reprodutivo. Essa característica contribuiu para que o trabalho feminino fosse frequentemente desqualificado como “auxiliar” ou “doméstico”, apesar de seu peso econômico efetivo.

A presença de escravas de ganho na produção e comercialização de tecidos revela a complexidade dessa economia. Em vilas e arraiais, mulheres escravizadas produziam panos, linhas e peças rústicas que eram vendidas em mercados locais, revertendo parte dos lucros a seus senhores (Libby, 1988). Esse arranjo reforçava a inserção das mulheres escravizadas no mercado interno e evidencia a polivalência do trabalho cativo em Minas Gerais, distinta da especialização observada nas regiões de plantation.

Do ponto de vista teórico, a protoindústria têxtil mineira desafia modelos clássicos de industrialização que associam dinamismo econômico à mecanização e à concentração fabril. Como apontam estudos da história do trabalho, formas dispersas de produção doméstica podem sustentar mercados amplos e complexos, ainda que marcadas por baixa visibilidade institucional e forte desigualdade social (Martins, 1982, p. 70–80). Em Minas, a ausência de grandes manufaturas não implicou ausência de produção, mas a consolidação de um modelo adaptado às condições locais de escassez monetária, dispersão populacional e abundância relativa de mão de obra feminina.

Além disso, o trabalho têxtil desempenhava função estratégica na reprodução social. Ao garantir o vestuário das famílias e dos cativos, reduzia a dependência de importações e diminuía custos para os proprietários, ao mesmo tempo em que possibilitava às mulheres livres pobres algum grau de

autonomia econômica. Ainda que limitada e frequentemente subordinada, essa autonomia ampliava as estratégias de sobrevivência em um contexto marcado por pobreza estrutural e controle social rigoroso.

Portanto, a protoindústria têxtil mineira não deve ser compreendida como resíduo de um passado arcaico, mas como componente ativo do mercado interno oitocentista. Seu funcionamento revela tanto a centralidade do trabalho feminino quanto os limites sociais de uma economia capaz de gerar excedentes, mas incapaz de romper com estruturas profundas de desigualdade de gênero e condição jurídica. Ao trazer esse setor para o centro da análise, evidencia-se que a vitalidade econômica mineira foi sustentada, em grande medida, por trabalhos historicamente silenciados.

Escravidão e mercado interno: polivalência, custos e racionalidade econômica

A escravidão em Minas Gerais no século XIX apresentou características distintas das regiões fortemente orientadas à exportação, sem que isso implicasse isolamento em relação ao mercado escravista interprovincial. Conforme demonstram Roberto Borges Martins (1982, p. 60–70) e Douglas Cole Libby (1988, p. 100–110), o trabalho escravo em Minas Gerais apresentava caráter polivalente. Os escravizados eram empregados na agricultura de abastecimento, na pecuária, na tecelagem doméstica e nos serviços urbanos.

Essa versatilidade do trabalho cativo estava diretamente relacionada à estrutura econômica interiorizada da província. Diferentemente da plantation cafeeira paulista, caracterizada pela concentração fundiária e pela especialização produtiva, Minas Gerais mantinha uma malha diversificada de pequenas e médias unidades produtivas, nas quais o escravo desempenhava funções variadas ao longo do ano. Essa organização permitia maior aproveitamento da força de trabalho e reduzia a dependência de ciclos específicos de exportação.

Os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 indicam que Minas Gerais possuía um dos maiores contingentes de pessoas escravizadas do Brasil oitocentista, com 370.459 indivíduos (Brasil, 1874). Tal número não deve ser interpretado automaticamente como sinal de imobilismo econômico, podendo ser compreendido como um indício da capacidade de mobilização de recursos no interior da província. A manutenção de um contingente dessa magnitude implicava a necessidade de excedentes relativamente constantes para custear alimentação, vestuário, moradia e a reprodução da força de trabalho, especialmente após o fim do tráfico transatlântico.

Embora a província participasse do comércio interprovincial de escravizados, reteve contingentes expressivos, integrando-os ao mercado interno. Essa estratégia refletia uma racionalidade econômica específica: a reprodução do mercado interno dependia da disponibilidade contínua de braços para atividades agrícolas, manufatureiras e de transporte. O elevado custo de manutenção dos cativos reforça a hipótese de que havia excedentes econômicos suficientes, ainda que não orientados para a exportação (Libby, 1988, p. 105–115).

Nesse sentido, o escravo em Minas funcionava menos como um ativo exclusivamente voltado à exportação de valor e mais como um elemento estrutural da economia cotidiana. A presença de cativos em teares domésticos, roças de subsistência, tropas de transporte e serviços urbanos evidencia que a escravidão estava profundamente integrada às dinâmicas locais de produção e circulação de mercadorias. Como observa Martins (1982), tratava-se de um sistema no qual o “ouro” assumia a forma de braços, e não mais de metal precioso.

Essa configuração ajuda a explicar a persistência da escravidão em Minas Gerais até o final do século XIX, mesmo em um contexto de transformações econômicas e pressões abolicionistas. Longe de representar um resíduo arcaico, o trabalho escravo permaneceu funcional à reprodução social das elites e à sustentação de uma economia interiorizada, marcada por desigualdades profundas e por mecanismos rígidos de controle da população trabalhadora.

Controle social, vadiagem e psiquiatrização

A expansão demográfica de Minas Gerais ao longo do século XIX, combinada à diversificação produtiva e à coexistência entre trabalho escravo e trabalho livre, produziu tensões sociais que não podiam ser plenamente absorvidas pelos mecanismos tradicionais de controle privado. Durante grande parte do período, a regulação da população livre pobre operou de forma pulverizada, sobretudo no interior das unidades produtivas, por meio de relações pessoais de dependência, do endividamento crônico, do fiado e da subordinação direta a grandes proprietários e comerciantes.

Contudo, ao longo da primeira metade do século XIX, o crescimento populacional, a mobilidade sazonal do trabalho e a formação de contingentes de indivíduos sem ocupação fixa tornaram mais visível uma população considerada “errante”. É nesse contexto que se intensifica a ação do Estado provincial e imperial por meio da legislação de vadiagem. O Regulamento sobre o Processo de Vadiagem (Decreto nº 120 de 1842, aplicado em 1843), ampliou significativamente o poder

discrecionário das autoridades policiais, permitindo o enquadramento de indivíduos sem trabalho regular, residência fixa ou vínculos reconhecidos (Brasil, 1842; Martins, 1982, p. 110–120; Libby, 1988, p. 115–125).

Em Minas Gerais, o controle social era historicamente pulverizado, exercido no âmbito das fazendas e das relações privadas de dependência. Com o crescimento da população livre pobre e errante ao longo do século XIX, tornou-se necessária a institucionalização desse controle. A ausência de estabelecimentos psiquiátricos provinciais até o final do século levou à transferência de indivíduos considerados desviantes para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, funcionando como mecanismo de remoção social (Engel, 2001).

A psiquiatrização desses sujeitos não pode ser compreendida como fenômeno estritamente médico, mas como parte de um dispositivo mais amplo de controle social, no qual pobreza, mobilidade e improdutividade eram reinterpretadas como patologia. Não se pretende estabelecer uma relação causal direta entre a economia interna mineira e as internações psiquiátricas, mas evidenciar uma convergência estrutural entre mercado interno, crescimento da população livre pobre e institucionalização do controle².

A medicalização do desvio transformava conflitos sociais em questões individuais, deslocando o foco da pobreza estrutural para o campo da anormalidade mental. Esse processo inscreve Minas Gerais em uma modernidade periférica, na qual economia, saber médico e poder estatal se articularam para administrar os limites sociais de um mercado interno funcional, porém excludente.

A política do lamento e a imprensa

A construção e a difusão do mito da decadência não se limitaram ao campo historiográfico ou aos relatos de viajantes estrangeiros. Ao longo do século XIX, a própria elite política mineira foi agente ativa na produção dessa narrativa, mobilizando-a de forma recorrente em relatórios oficiais, discursos administrativos e na imprensa provincial. Esse conjunto de enunciados compôs o que se pode definir como uma verdadeira política do lamento: uma linguagem política sistemática, reiterada e funcional.

² Não se pretende estabelecer uma relação causal direta entre a economia interna mineira e as internações psiquiátricas, mas evidenciar uma convergência estrutural entre mercado interno, crescimento da população livre pobre e institucionalização do controle.

Relatórios de presidentes da província, como os de Bernardo Jacinto da Veiga (1845), enfatizavam de modo insistente a pobreza da população, a precariedade das vias de comunicação e a suposta incapacidade produtiva de Minas Gerais. A província aparecia descrita como herdeira de um passado aurífero esgotado, condenada a uma economia de subsistência incapaz de gerar excedentes relevantes. Essa retórica, contudo, convivía com dados demográficos expressivos, intensa circulação mercantil e a manutenção do maior contingente escravizado do Império, revelando o caráter seletivo e estratégico desse discurso.

A dimensão fiscal dessa retórica torna-se mais clara quando comparada ao caso paulista. A economia cafeeira era altamente visível e intensamente tributada. Em contraste, a economia mineira baseava-se majoritariamente no comércio interno, territorialmente disperso e de difícil fiscalização. Nesse contexto, a retórica da decadência operava como instrumento político funcional: ao representar a economia mineira como pobre e voltada apenas à subsistência, as elites provinciais obscureciam a lucratividade do comércio interno — mais difícil de fiscalizar do que as atividades portuárias — e protegiam seus interesses econômicos (Lenharo, 1979, p. 40–50).

Ao naturalizar a desigualdade como herança inevitável do fim do ouro, o lamento deslocava o debate político da distribuição da riqueza para o terreno da fatalidade histórica. A política do lamento, portanto, não foi mero reflexo de uma crise objetiva, mas uma linguagem de poder articulada entre imprensa, relatórios administrativos e práticas políticas. Ao mesmo tempo em que negociava vantagens fiscais e administrativas junto à Corte, ela garantia que a riqueza produzida no interior permanecesse pouco visível e pouco tributada.

Conclusão e balanço historiográfico

O chamado “mito da decadência” não pode ser compreendido apenas como um equívoco historiográfico produzido por leituras excessivamente dependentes do setor exportador. Como se buscou demonstrar ao longo deste artigo, trata-se de uma construção histórica funcional, simultaneamente narrativa e política, que moldou tanto a interpretação do século XIX mineiro quanto às estratégias de ação das elites provinciais no interior do Império. Minas Gerais não morreu com o esgotamento do ouro; ao contrário, reinventou-se na roça, no tear, no comércio interno e na arena política, por meio de mecanismos próprios de reprodução econômica e social.

A análise da demografia, do mercado interno e das formas de controle social permite observar que a província experimentou um processo de reconfiguração produtiva sofisticado, ainda que profundamente desigual. O crescimento populacional, a retenção de contingentes livres pobres, a persistência de grandes plantéis escravistas e a diversificação regional desautorizam a ideia de estagnação generalizada. Ao mesmo tempo, a economia mineira operava com baixa monetarização, sustentada por redes de crédito informal, fiado e relações pessoais de dependência, o que reforçava hierarquias sociais e limitava a mobilidade dos grupos subalternos.

Nesse sentido, a decadência não foi apenas uma interpretação posterior, mas também uma linguagem política mobilizada no próprio século XIX. A chamada “política do lamento”, amplamente difundida em relatórios provinciais e na imprensa, cumpriu papel central na negociação com o Estado imperial, permitindo à elite mineira preservar autonomia fiscal e evitar maior intervenção sobre um mercado interno altamente lucrativo. O discurso da pobreza funcionou, assim, como estratégia de ocultamento da riqueza interiorizada e como instrumento de manutenção do poder local.

Do ponto de vista historiográfico, este trabalho dialoga diretamente com a virada revisionista iniciada nos anos 1980, especialmente com as contribuições de Roberto Borges Martins e Douglas Libby, que demonstraram a vitalidade da economia mineira pós-ouro. Ao mesmo tempo, incorpora os aportes da historiografia contemporânea associada a João Fragoso e Manolo Florentino, ao reconhecer que formas econômicas aparentemente arcaicas podem operar como projetos conscientes de reprodução social. Contudo, procura avançar ao articular esses debates à história do controle social, evidenciando como economia, demografia e disciplinamento caminharam de forma integrada.

Importa ressaltar que o objetivo deste artigo não foi substituir a narrativa da decadência por uma leitura celebratória da eficiência econômica mineira. Ao contrário, buscou-se compreender os mecanismos que permitiram a reprodução social em um contexto estruturalmente desigual, marcado pela exploração do trabalho escravo, pela precarização do trabalho livre e pela institucionalização de dispositivos de controle, como a legislação de vadiagem e a psiquiatrização da pobreza. A modernidade construída em Minas Gerais foi, portanto, periférica, funcional e excludente.

Referências

BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 120, de 27 de janeiro de 1842:** Regulamento sobre o processo de vadiagem. Rio de Janeiro, 1842.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Império de 1872.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

ENGEL, Magali. **Os delírios da razão:** médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, novo mundo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto:** mercado mundial, escravidão e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na sociedade mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da Corte no centro-sul brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Roberto Borges. **Crescimento e desigualdade na economia brasileira do século XIX.** Belo Horizonte: UFMG, 1982.

MENESES, Rodrigo José de. Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais (1780). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 2, 1897.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

VEIGA, Bernardo Jacinto da. **Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.